



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**Ofício Circular nº 301/2020/CGJ-CE**

Fortaleza, 29 de julho de 2020.

**Aos (As) Excelentíssimos (as) Senhores (as)  
Juízes (as) de Direito e Substitutos (as)**

**Processo Administrativo nº 8501439-29.2020.8.06.0026/CGJ-CE**

Senhor (a) Juiz (a),

De ordem do Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral de Justiça, Teodoro Silva Santos, com os cumprimentos de estilo, conforme Decisão/OF.4086-2020/CGJCE, p.97/100, encaminho a Vossa Senhoria Provimento 21-2020/CGJCE de p. 104, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Atenciosamente,

**Adauto Lúcio Uchoa Couto  
Gerente Administrativo CGJ/CE**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR**

**Processo nº:** 8501439-29.2020.8.06.0026

**Assunto:** Pedido de Providências

**Interessado:** Instituto Brasileiro de Direito de Família

**Interessado:** Conselho Nacional de Justiça

**Interessado:** Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará

**Vinculação CNJ nº:** 0005130-34.2019.2.00.0000

**DECISÃO/OFÍCIO Nº 4086 /2020/CGJCE**

Trata-se de Pedido de Providências instaurado perante o Conselho Nacional de Justiça, formulado pela Instituto Brasileiro de Direito de Família solicitando, “*a edição de provimento acerca do assento de nascimento e a alteração do prenome e/ou sexo da pessoa intersexual no Registro Civil das Pessoas Naturais.*”

Ato contínuo, o Corregedor Nacional de Justiça determinou a intimação das Corregedorias estaduais, a fim de se manifestarem acerca do referido pedido de providências.

Distribuídos os autos, após tramitação da demanda, com diversas movimentações e diligências realizadas, os autos retornam instruídos com a *Informação nº 397/2020/GCAUE/CGJCE* prestada pela Gerência De Correição E Apoio Às Unidades Extrajudiciais (fls.84/86, e-SAJADM-CPA), bem como parecer apresentado pelo Juiz Corregedor Auxiliar, Dr. Demétrio Saker Neto (fls.91/92, e-SAJADM-CPA), com respectivo anexo veiculando minuta de provimento para alteração do inciso II do artigo 77 do Provimento nº 08/2014/CGJCE, nos termos a seguir transcritos:

**INFORMAÇÃO Nº 397 /2020 - GCAUE/CGJCE**

Trata-se de procedimento administrativo originário do Conselho Nacional de Justiça em que se requer a manifestação de todas as Corregedorias Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal acerca do Pedido de Providências nº 0005130-34.2019.2.00.0000, formulado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), visando a edição de provimento, em âmbito nacional, acerca do assento de nascimento da pessoa intersexual no Registro Civil das Pessoas Naturais.

Inicialmente, registra-se que “intersexo” é o termo correto para identificar o indivíduo que nasce com ambiguidade genital, ou seja, o vulgarmente chamado de “hermafrodita”. Nesse sentido, em seu requerimento, mais precisamente à fl. 43

nestes autos, aduziu o IBDFM o seguinte:

Pela literatura médica, o intersexual – popularmente conhecido como hermafrodita – é a pessoa que nasce fisicamente entre (inter) o sexo masculino e o feminino, tendo parcial ou completamente desenvolvidos ambos os órgãos sexuais, ou um predominando sobre o outro. Como estas características morfológicas não são determinantes para a identificação da identidade de gênero, revelando-se descabida intervenções com finalidades correccionais.

Quanto ao caso em liça, o IBDFAM justifica a necessidade de uma normatização de caráter nacional, uma vez que os provimentos editados em âmbito local, na visão do Instituto, vêm regulamentado a matéria em descompasso às recomendações internacionais, afrontando o direito fundamental ao nome, “além de conceder prazo para a apresentação de laudo médico para a inserção do nome e a retificação do sexo” (fl. 43).

Para tanto, o IBDFAM citou os Provimentos das Corregedorias dos Estados do Rio Grande do Sul (Provimento nº 16/2019) e do Maranhão (Provimento nº 32sp/2019), bem como uma decisão do Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Santos – TJSP (Processo Digital nº 0020521-02.2018.8.26.0562), constante às fls. 70/77.

Em razão do pedido em epígrafe, a Corregedoria Nacional de Justiça determinou que fossem oficiadas as Corregedorias Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal, bem como à ANOREG/BR, como representante nacional dos notários e registradores, para se manifestarem sobre o pedido de regulamentação formulado (vide fl. 40).

Sobre a temática, cumpre informar que não se vislumbra provimento específico no âmbito desta Casa Censora concernente à matéria em exame, contudo, em regulamentação recente (Provimento nº 12/2020/CGJCE), esta Corregedoria Geral alterou o Código de Normas Notarial e Registral do Estado do Ceará, permitindo que o representante legal do recém-nascido solicite ao Serviço de Registro Civil a indicação, na certidão de nascimento, no campo “observações”, da anomalia congênita constatada pelo profissional de saúde na Declaração de Nascido Vivo.

Após a atualização mencionada, a Consolidação Normativa Notarial e Registral desta Unidade Federativa (Provimento Nº 08/2014/CGJCE) passou a vigorar com a redação a seguir transcrita, *ipsis litteris*:

### *CAPÍTULO III*

#### *DO REGISTRO DE NASCIMENTO*

##### *Seção I*

##### *Do Registro de Nascimento Em Geral*

*Art. 72 – [Omissis].*

*(...)*

*§ 2º. A declaração de nascimento deve ser feita no decurso do prazo legal de 15 (quinze) dias do parto.*

*§ 3º. Em falta ou impedimento do pai, o registro deve ser providenciado pela mãe, e o prazo será prorrogado em 45 (quarenta e cinco) dias.*

*(...)*

*Art. 77 – O Oficial do Registro observará rigorosamente os requisitos do assento de nascimento, que deve conter:*

*I – o dia, o mês, o ano e o lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada;*

*II – o sexo do registrando;*

*(...)*

*X – o número da Declaração de Nascido Vivo (DNV).*

*§ 1º. Para todo registro de nascimento é obrigatória a utilização da DNV, que será*

*emitida pelo hospital ou casa de saúde, devendo a segunda via, em qualquer hipótese, ficar arquivada na serventia extrajudicial, em ordem cronológica, com indicação do número do assento, sendo vedada a utilização de fotocópia apresentada pelo declarante, ainda que autenticada.*

*(...)*

*§ 13º. A pedido do(s) representante(s) legal(is) do recém-nascido poderá ser inserido na Certidão de Nascimento, no campo “observações”, a(s) anomalia(s) congênita(s) constatada(s) pelo responsável do parto na Declaração de Nascido Vivo (DNV). (Incluído pelo Prov. nº 12/2020, publicado no DJe, de 27/04/2020)*

*§ 14º. O pedido deverá ser acompanhado da Declaração de Nascido Vivo (DNV) da parte interessada. (Incluído pelo Prov. nº 12/2020, publicado no DJe, de 27/04/2020)*

*§ 15º. Ao atingir a maioridade, a parte interessada poderá solicitar a exclusão da informação da existência de anomalia congênita de sua certidão de nascimento. (Incluído pelo Prov. nº 12/2020, publicado no DJe, de 27/04/2020)*

*§ 16º. O registro da informação de existência de anomalia congênita na Certidão de nascimento não atribuirá eventual portabilidade de deficiência ao requerente perante as entidades públicas e privadas, as quais poderão exigir avaliação específica para a aferição de tal condição como requisito para a concessão de benefícios, nos termos da Lei nº 13.146/2015. (Incluído pelo Prov. nº 12/2020, publicado no DJe, de 27/04/2020) (Grifos não originais)*

Noutro giro, faz-se mister pontuar que o Manual de Instruções para o Preenchimento da Declaração de Nascido Vivo (DNV), expedido pelo Ministério da Saúde, prevê que, em casos especiais, a referência ao sexo conste como “ignorado”, devendo ser feita a “descrição completa da anomalia congênita detectável no momento do nascimento”. No entanto, como se vê, na disciplina local relativa à orientação destinada às serventias extrajudiciais deste Estado, não há recomendação acerca de sexo “desconhecido ou ignorado”.

Por fim, destaca-se que tramita o Projeto de Lei nº 5255/2016 junto à Câmara dos Deputados, objetivando acrescentar o §4º, ao art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de disciplinar o registro civil do recém-nascido sob o estado de intersexo.

Nesse contexto, pontuamos que esta Gerência reconhece a relevância e a complexidade do assunto, tal como a necessidade de uma normatização uniforme, de alcance nacional, para o procedimento a ser adotado quando do registro de recém-nascido diagnosticado com Anomalia de Diferenciação Sexual (ADS) e/ou alteração do prenome e do sexo nos assentos de nascimento da pessoa intersexual junto ao Registro Civil das Pessoas Naturais. É o que reputamos importante informar acerca do presente feito, s.m.j. [...]

#### **DESPACHO/OFÍCIO Nº 421 /20 20 – GAB5/CGJCE**

[...] Trata-se de procedimento administrativo instaurado em atenção a intimação oriunda do Conselho Nacional de Justiça para manifestação no pedido de providências nº 0005130-34.2019.2.00.000, iniciado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família -IBDFAM, no qual a instituição solicita edição de norma regulamentadora do registro de nascimento de crianças diagnosticadas com anomalia de diferenciação sexual (ADS).

À vista do pedido de normatização em âmbito nacional a Corregedoria Nacional de Justiça determinou a notificação das Corregedorias-Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal para manifestação sobre o pleito.

Realizadas as tramitações parciais, a Gerência de Correição e Apoio às Unidades Extrajudiciais-GCAUE reconheceu a relevância e complexidade do assunto ao mesmo tempo em que registrou inexistir, no âmbito desta Casa Censora, ato normativo que trate especificamente sobre a intersexualidade.

O Instituto Brasileiro de Direito de Família-IBDFAM registrou em seu requerimento (fl. 43) que a Declaração de Nascido Vivo (DNV), documento emitido pela unidade hospitalar onde ocorreu o nascimento, contém três opções sobre a identificação do sexo do recém-nascido: “masculino”, “feminino” e “ignorado”. Este último, segundo a requerente, utilizado por ocasião do nascimento de criança intersex. Defendem necessário que no registro civil de nascimento conste igual referência.

Vale pontuar que a Consolidação Normativa Notarial e Registral do Estado do Ceará não prevê, expressamente, a possibilidade de se fazer constar no assento de nascimento a informação acerca da intersexualidade, confira-se:

*Art. 77 – O Oficial do Registro observará rigorosamente os requisitos do assento de nascimento, que deve conter:*

*(...)*

*II – o sexo do registrando;*

Apesar de já ter sido designada Comissão Especial para promover estudos técnicos para atualização do Provimento nº 08/2014/CGJCE, o tema em debate perpassa por questões essenciais como o direito ao nome e a identidade sexual, atributos da personalidade, portanto é urgente e reclama pronta adoção de medidas, razão pela qual sugere-se a alteração do dispositivo citado para que passe a constar a seguinte redação:

*Art. 77 – O Oficial do Registro observará rigorosamente os requisitos do assento de nascimento, que deve conter:*

*(...)*

*II – o sexo do registrando que será consignado como feminino, masculino, não determinado ou ignorado;*

No entanto, entende-se salutar o prosseguimento das discussões em âmbito nacional para uniformização da matéria, o que conferirá maior segurança jurídica aos registradores e principalmente aos usuários dos serviços extrajudiciais.

Por fim, sugere-se a remessa de expediente a Corregedoria Nacional de Justiça dos informes apresentados, salvo melhor entendimento. À apreciação do Exmo. Corregedor-Geral da Justiça. [...]

Ante o exposto, **ACOLHO** o parecer apresentado pelo Juiz Corregedor Auxiliar, que ratificou a *Informação nº 397/2020/GCAUE/CGJCE*, fazendo suas razões parte integrante desta, ao passo que **determino** o cumprimento das diligências sugeridas.

Outrossim, **aprovo** a minuta às fls.93/94, e-SAJADM-CPA, destinada à alteração do inciso II do artigo 77 do Provimento nº 08/2014/CGJCE.

Após cumprimento dos expedientes e respectiva publicação do ato normativo, **determino** a expedição de ofício circular, a fim de dar publicidade à referida alteração normativa.

Por fim, **determino** a remessa de ofício ao Conselho Nacional de Justiça, informando-lhe as providências adotadas por esta Corregedoria.

À Gerência Administrativa para providências.

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**Desembargador TEODORO SILVA SANTOS**  
Corregedor-Geral da Justiça

**INSCRIÇÕES INDEFERIDAS  
2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA**

Quinto	Posição	Magistrado	Processo
2	33	Juiz de Direito Adriano Ribeiro Furtado Barbosa, Titular do 2º Juizado Auxiliar da 3ª Zona Judiciária	8500014-26.2020.8.06.0168

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.****GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, em 24 de junho de 2020.**Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**OUTROS EXPEDIENTES****DESPACHO**Referência: nº **8524415-86.2020.8.06.0001**

Assunto: Abono de permanência

Interessado: Rita Emília Carvalho Rodrigues Bezerra de Menezes, Juíza de Direito

Considerando o que consta dos autos, DEFIRO o pedido de concessão de abono de permanência, com efeitos a partir de 01.05.2019, tendo em vista a delegação de competência disposta no inciso VI do art. 5ºe, da Portaria nº 237/2019, de 07/02/2019, e em consonância com o vigente entendimento quanto aos efeitos financeiros do aludido benefício, inaugurado mediante Parecer da Consultoria Jurídica, aprovado pela Presidência desta Corte, nos autos do Processo Administrativo nº 8516549-93.2013.8.06.0000.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de junho de 2020.

**Gláucia Santos Teixeira**

Secretária de Gestão de Pessoas

**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA****ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES****PROVIMENTO Nº 21/2020/CGJCE**

Altera a redação do inciso II, do art. 77 do Provimento nº 08/2014/CGJCE, relativo ao assento de nascimento da pessoa intersexual no Registro Civil de Pessoas Naturais no Estado do Ceará.

**O DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS**, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

**CONSIDERANDO** que a Corregedoria-Geral da Justiça é órgão de fiscalização, disciplina e de orientação dos juízes de primeiro grau e dos serviços de notas e de registros do Estado do Ceará, nos termos do art. 39, da Lei nº 16.397, Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, de 14 de novembro de 2017;

**CONSIDERANDO** que compete ao Corregedor-Geral da Justiça editar atos normativos para instruir os delegatários das serventias extrajudiciais no âmbito do Estado do Ceará (arts. 39 e 41, da Lei Estadual nº 16.397, de 14 de novembro de 2017);

**CONSIDERANDO** a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, da qual a República Federativa do Brasil é signatária e cujos dispositivos devem ser observados;

**CONSIDERANDO** os termos da Decisão-Ofício nº 4086/2020/CGJCE, proferido pelo Corregedor-Geral da Justiça nos autos do Processo Administrativo nº 8501439-29.2020.8.06.0026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Alterar o inciso II do art. 77 do Provimento nº 08/2014/CGJCE, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 77** - (...)

*II – o sexo do registrando que será consignado como feminino, masculino, não determinado ou ignorado;*

**Art. 2º** - Permanecem inalterados os demais termos do Provimento nº 08/2014/CGJCE.

**Art. 3º** - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, Fortaleza-CE, 23 de junho de 2020.

**DESEMBARGADOR TEODORO SILVA SANTOS**

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA